

Helena Buescu*

Universidade de Lisboa, CECComp, Academia Europaea, Academia das Ciências de Lisboa

Afinidades e estranhamento: comparatismo e literatura-mundo comparada¹

1. O conceito de *world literature* (literatura-mundo) ampliou o repertório do projecto do cânone literário da forma mais inclusiva e abrangente possível. Como avalia os respectivos conseguintes proporcionados, bem como os impasses implicados no conceito de literatura-mundo?

A revisão do conceito de literatura-mundo, nos últimos 20 anos, teve efectivamente como resultado a ampliação do(s) cânone(s) literário(s). Os princípios sobre que repousa, por um lado o princípio de inclusão e por outro o de um maior equilíbrio entre as literaturas tradicionalmente consideradas como do centro, e outras provenientes de diferentes periferias (ou semi-periferias) passíveis de consideração (geográfica, cultural ou historicamente), vieram gradualmente chamar a atenção da academia e da pesquisa científica para o facto (esquecido até tempos recentes) de que os mundos da literatura-mundo são um vasto e diverso território, em que podemos encontrar grandes obras, escritas numa grande variedade de línguas, lugares, e tempos. Uma das primeiras consequências de tal variedade reside, precisamente, na consciência de que deveremos aceitar a possibilidade de falar dos mundos (no plural) da literatura-mundo, visto parecer ser de facto impossível, e por isso indesejável, fazer uma representação uniforme e unívoca de um mundo único. Talvez seja pois este o ponto pelo qual devemos começar.

Uma outra consequência da situação referida é o facto de que parece também haver uma consciência progressivamente acrescida da predominância do inglês, e das literaturas escritas em inglês, no quadro da formação de um cânone mundial. Sendo este um facto óbvio, não deixa de ser curioso reparar que o seu peso não era considerado como um problema até recentemente. Ao observarmos as literaturas mundiais do ponto de vista da disciplina da literatura-mundo, todavia, podemos compreender como a sua “anglicização”, se considerada como o critério mais importante para a formação canónica, diminui a amplitude daquilo sobre que podemos falar. E isto não apenas em termos de línguas, mas também em termos de tradições literárias, perspectivas culturais, escopo histórico, numa só palavra: em termos da sua diversidade.

Podemos retirar algumas consequências epistemológicas deste primeiro conjunto de observações: na verdade, se quisermos (e devemos querer, em minha opinião) sair dos pequenos guetos limitados pelo uso de uma só língua, a única forma de o fazer é sublinhando a importância da literatura comparada. Caso contrário, estaremos de facto reduzidos a várias literaturas “circunscritas” aos respectivos guetos, sendo-lhes possível falar com outras com que partilham a mesma língua, mas não com outras literaturas que usam línguas diversas. Isto significa que uma língua comum pode tornar-se uma armadilha em termos comparatistas e, portanto, em termos de arquitectura de pensamento. Não que deva, por esta razão, ser posta de lado. Mas em meu entender devemos evitar critérios de língua baseados numa necessária uniformidade linguística, assim compreendendo que a capacidade de falar a “estrangeiros”, e com eles, é um risco, mas é igualmente também uma oportunidade. E que só teremos a ganhar com a descoberta de quais os tipos de afinidades que podem advir da tomada de consciência e da prática de diálogos transversais entre literaturas escritas em línguas diferentes.

É esta a razão porque prefiro falar de “literatura-mundo comparada” e não apenas de “literatura-mundo”. A primeira expressão, que considero preferível, deixa portas abertas ao que, cada vez mais, considero uma evidência que, apesar de ter já cerca de um século, continua a dever ser sublinhada: a percepção, teorizada pelo formalista russo Chklovski, de que o “estranhamento” ou “desfamiliarização” (*ostranenie*) abre portas à comparação entre conjuntos de textos muito diferentes, potencialmente mesmo dissemelhantes, provenientes de sistemas literários que não partilham necessariamente a mesma visão de mundo, e que tal capacidade representa um desafio para que possamos *ler de forma diferente*. Por isso, em minha opinião, a Literatura-Mundo Comparada é uma forma mais complexa de leitura, que permite operar num contexto que representa mais um desafio do que um conforto. Mas são estes os desafios que nos permitem retirar prazer do que fazemos, e do inesperado do que descobrimos.

Esta é naturalmente uma profunda alteração hermenêutica, visto que nos leva a viajar da semelhança para a dissemelhança, sublinhando a forma como esta última é um terreno tão próprio do comparatismo como a primeira. E, tal como uma língua diferente traz consigo uma diferente descrição do mundo, e um diferente mapa histórico, o resultado de tal posição não pode deixar de ser que subitamente percebemos que não é só com os que nos são próximos que aprendemos e podemos falar, mas também com os que nos são distantes. Era também este o sentido da enigmática observação de Marcel Proust no final de *Contre Sainte-Beuve*, quando dizia que “Les beaux livres sont écrits dans une sorte de langue étrangère”: a aprendizagem da beleza requer o efeito de “estranhamento” através do qual somos colocados perante o que reconhecemos como desconhecido.

O historiador de arte Aby Warburg falava dos “bons vizinhos” na sua biblioteca, quando subitamente rearrumava os seus livros nas estantes e descobria tipos de relações inesperadas que surgiam de livros e tópicos que antes estava habituado a considerar como separados. O mesmo pode dizer-se de diferentes tradições, literaturas, e línguas. O processo de “boa vizinhança” tem na verdade estado no centro dos estudos literários desde já bastante tempo: é aquilo a que chamamos literatura comparada, afinal a principal (e talvez mesmo a única)

forma de trabalharmos sobre dissemelhanças, e não apenas semelhanças, e de as percebermos como um real enriquecimento no quadro da literatura-mundo.

Um dos maiores problemas que podem ofuscar a literatura-mundo comparada resulta, a meu ver, de diferentes instituições que estão fortemente ligadas ao mercado, especialmente o mercado editorial. Numa época em que os prémios, a visibilidade e a proeminência cultural na realidade governam aquilo que é publicado e procurado, bem como aquilo que circula, as boas intenções muitas vezes ficam atrás dos objectivos teóricos que a literatura-mundo comparada persegue. Convém termos esta percepção, porque apenas ela nos pode permitir contrapor argumentos e entrar em um diálogo produtivo que possa gradualmente introduzir alterações *in statu quo*.

2. José Saramago é o único autor literário que, escrevendo em português, recebeu o Prémio Nobel. No entanto, a língua portuguesa é a 9.^a língua mais falada no mundo, com aproximadamente 234 milhões de falantes. Como é que explica esta circunstância?

O português é a língua-mãe de muitos falantes em todo o mundo, e em vários continentes, Europa, América do Sul, África, e Ásia. Os vastos números que o catapultam para o topo das línguas mais faladas do mundo vêm sobretudo do Brasil, mesmo se vários estudos permitem indicar que os países da África Oriental e sobretudo da África Ocidental (em especial Angola) em que o português é falado serão uma das regiões em mais rápido desenvolvimento no próximo futuro. José Saramago recebeu o Prémio Nobel num momento em que a literatura portuguesa recebeu maior atenção crítica, após se ter libertado das grandes crises políticas que duraram até meados dos anos 1970. Saramago é certamente um autor muito interessante, que revolucionou a paisagem literária em Portugal, nomeadamente desobrigando-a de alguns interesses quase só auto-centrados sobre problemas identitários. Um dos elementos mais significativos em José Saramago é a forma como cria a sua obra com base na apropriação de muitas das influências que lhe vêm da ficção sul-americana, em particular do romance. Deste ponto de vista, podemos mesmo dizer que este autor é um dos exemplos mais claros de como a literatura-mundo se infunde num cânone nacional, transformando-o e renovando-o. E foi essa infusão inesperada de diferentes tradições (não-familiares) que talvez tenha também contribuído para a distinção que recebeu.

No entanto, as literaturas brasileiras e africanas de língua portuguesa têm igualmente uma dimensão global, que a literatura-mundo comparada ainda precisa de descobrir e desenvolver. É para mim muito claro que certamente assistiremos, no próximo futuro, à forma como prémios literários como o Nobel, e outros, irão pouco a pouco reconhecer a imensa riqueza e diversidade das várias literaturas em língua portuguesa, em todo o mundo. Nesse momento, o reconhecimento institucional certamente ocorrerá. É em minha opinião verdadeiramente de lamentar os empobrecimentos que decorrem do facto de como a literatura-mundo no geral negligencia grandes literaturas como a brasileira, a angolana, ou a moçambicana, para falar apenas do universo das que são escritas em português (mas o mesmo é válido para outras, evidentemente). O universo das literaturas-mundo escritas em português (nas suas diferentes

variedades) é um exemplo perfeito de como também no interior de uma mesma língua é necessário saber reconhecer diferenças e um enorme quadro de significativa diversidade, seja ela histórica, cultural, ou simbólica. Ou seja: no interior de uma mesma língua há lugares ao reconhecimento de formas de estranhamento para as quais não devemos estar cegos, sob pena de uniformizarmos o que ganha em ser reconhecido como diferente.

É no âmbito desta situação que várias das características por mim mencionadas anteriormente adquirem a sua maior visibilidade. Por um lado, a predominância do inglês nos mercados globais apaga a visibilidade e a capacidade de tomada de consciência da importância de outras línguas e literaturas – mesmo quando, como é o caso das literaturas escritas em português, elas estão presentes em vários continentes, neles manifestando e representando a manifesta diversidade que constitui o mundo. Por outro lado, e somando-se a esta primeira incapacidade, tanto o mercado de tradução e como o mercado editorial desempenham um papel também muito distinto na dificuldade de fazer aumentar a visibilidade das diferentes literaturas escritas em português no quadro mundial. Se as traduções são, como é o caso, em pequeno número, e se as editoras não investem na publicação de autores e obras pertencentes a essas literaturas ou, quando o fazem, surgem problemas na sua circulação transversal, torna-se evidente que serão sempre poucos os nomes e os títulos provenientes de literaturas em português, sejam elas europeias, brasileiras ou africanas, que poderão atingir um resultado mais equilibrado do que aquele com que hoje somos confrontados.

Por este conjunto de razões, e mesmo se lamento ter de o verificar, julgo que talvez só quando o Prémio Nobel, ou algum outro que se lhe possa assemelhar, venha a reconhecer a riqueza de literaturas como a brasileira, a angolana, ou a moçambicana, ou ainda, e de novo, a portuguesa, possa o público intelectual e leitor verdadeiramente apreciar quanto haverá a ganhar com a abertura e a diversificação dos cânones mundiais, de modo a fazer incluir tais literaturas no seu núcleo central.

3. Fernando Pessoa é um autor que conhece uma recepção mundial que não é habitualmente experimentada por escritores cuja língua literária é o português. O seu caso faz lembrar a recepção do escritor argentino Jorge Luis Borges. Como lhe parece poder explicar ambos os casos?

Não me parece que estes casos sejam passíveis de uma “explicação”, ou talvez não tenha a certeza sobre a propriedade de um tal termo para os casos aqui em análise. Julgo que tanto Pessoa como Borges (uma proposta de aproximação interessante, na realidade, se relacionarmos ambos os nomes) entram em categorias “fora da caixa”, por assim dizer, embora de formas diferentes em cada um dos casos. São ambos escritores modernistas, e talvez as poéticas modernistas ofereçam uma tal produtividade “fora da caixa”, visto rupturas e descontinuidades pertencerem ao núcleo da ideia de poesia e de literatura a que tanto Pessoa como Borges, enquanto bons modernistas, aderem.

Começo por regressar à proposta, inesperada e extremamente interessante, de relacionar estes dois autores, à primeira vista tão diferentes um do outro. Na verdade, Fernando Pessoa,

e mesmo tendo ele utilizado outros gêneros literários, é fundamentalmente um poeta: até (ou sobretudo?) quando escreve em prosa, por exemplo no seu magnífico *Livro do Desassossego*, fá-lo a partir de uma atitude e de uma dicção poéticas. Por outro lado, Jorge Luis Borges, mesmo tendo ele utilizado também outros gêneros (como a poesia) para se exprimir, é sobretudo conhecido como um ficcionista, muito em especial nos seus surpreendentes contos. Ora, aquilo que a meu ver relaciona ambos os escritores, e que talvez tenha estado no âmago do reconhecimento internacional que tiveram, e da presença de ambos no centro daquilo a que poderíamos chamar o cânone de uma forma de literatura-mundo, é o empenho de ambos, Pessoa e Borges, no que poderíamos designar como uma poética irrealista, de reconhecimento do caos que habita quer no mundo exterior (Borges) quer no mundo interior (Pessoa) dos humanos e da história.

Na verdade, ambos estes autores não se conformam aos cânones e aos procedimentos literários convencionais que faziam parte do núcleo dos seus tempos literários, antes optando por poéticas que lidam claramente com formas de irregularidade diversas e, em suma, de “estranhamento” e “desfamiliarização” – tal como acima as caracterizámos. Borges fá-lo antecipando aquilo que décadas mais tarde viria a ser conhecido como realismo mágico, no contexto sul-americano (e, na sua sequência, ocidental: as suas narrativas constroem-se a partir de ficções que na verdade não negam formas tradicionais de realismo, mas as combinam com formas de não-realidade (ou anti-realidade) que são, no mínimo, surpreendentes e inesperadas. Neste sentido, Borges abre portas a um mundo realista mais vasto, por exemplo através de sonhos, da imaginação, da súbita contaminação de tempos e espaços, ou seja, formas de um realismo não-realista que confronta o leitor com mundos que momentaneamente podem parecer ser como os nossos, mas que, na verdade, são totalmente outros. Pessoa, por seu lado, instaura uma notável cesura relativamente a teorias do eu que o entendiam como uma entidade uniforme e contínua, no quadro da filosofia cartesiana. A proposta de mais de 60 heterónimos por Fernando Pessoa, no quadro do seu universo poético, torna manifesto o facto de que se tornou impossível construir uma entidade auto-contida e homogénea, tradicionalmente concebida como “indivíduo”: o eu é plural, um “teatro do ser”, como lhe chama. O heterónimo não é apenas outro termo para o anterior pseudónimo: não corresponde nunca à substituição de um sujeito uniforme, mas à partição e subsequente autonomização de partes distintas do eu, de forma que nós, leitores, passamos a poder reconhecer diferentes “tipos de literatura” como pertencendo a diferentes heterónimos. Esta ruptura marca o fim formal de um eu uno e invariável representado em literatura. E é, além disso, também uma antecipação daquilo que o século XX veio depois a desenvolver como uma característica das poéticas contemporâneas (e de disciplinas correlatas, como por exemplo a psicanálise).

Ambos os autores surgiram no quadro de literaturas periféricas (se considerarmos o quadro do cânone global em inglês), mas o certo é que passaram a ser lidos e considerados em todos os sistemas literários ditos mais centrais, porque tanto um como outro foram capazes de manifestar rupturas radicais não incluídas em formações canónicas anteriores, pelo menos do modo sistemático como Borges e Pessoa lhes deram forma. Mas, ao fazê-lo, também

chamaram a atenção para literaturas periféricas, como a argentina e a portuguesa, capazes afinal de incorporar e criar novidades tão ousadas como as criadas por Borges e Pessoa.

No entanto, nada disto deve fazer-nos esquecer que há vários escritores de língua portuguesa, e pertencendo a diferentes tradições literárias nacionais, como por exemplo brasileiras, angolanas ou moçambicanas, que não receberam semelhante reconhecimento internacional. Bastará recordar nomes, dentro da literatura brasileira, como Machado de Assis, Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Drummond d'Andrade, ou João Cabral de Melo Neto, entre outros, que, e mesmo se recebendo actualmente mais atenção crítica, claramente deveriam ter uma posição mais central no quadro de um cânone literário mundial menos preocupado com formas quase únicas de “anglicização”, e mais aberto a formas diversas de maior inclusão, em termos de expressão linguística e de tradições culturais.

4. A Helena recebeu o importante “Prémio Vergílio Ferreira”, em 2022, como prova de reconhecimento do seu trabalho no quadro da Literatura Comparada. Os países de língua oficial portuguesa, no entanto, não integram tradicionalmente o centro do cânone literário. Como devemos encarar o comparatismo deste ponto de vista?

Como referi anteriormente, em meu entender devemos sempre considerar a “literatura-mundo” como uma “literatura-mundo comparada”, de forma a evitarmos os guetos que têm origem no uso de um denominador comum (usualmente, uma língua comum) como o único critério para a prática da literatura-mundo.

A tradução é, neste contexto, uma questão central que não podemos deixar de considerar. De forma a podermos processar e reconhecer o factor linguístico simultaneamente como um dado e como algo que temos sempre de aprender a transcender, temos apenas dois caminhos: ou aprender tantas línguas quantas nos for humanamente possível aprender (houve grande comparatistas, especialmente no passado, que conheciam algo como 15 línguas, por exemplo René Étiemble!); ou, em alternativa menos ambiciosa, tentar dominar pelo menos 3 línguas, talvez 4, e de seguida confiar em traduções de qualidade, que nos permitam contactar com culturas e literaturas de que, de outra forma, nunca poderíamos ter conhecimento. Nem todos os *scholars* concordam em reconhecer o poder de traduções (de BOAS traduções, sublinho), mas a verdade é que elas são parte central do trabalho de um comparatista, e o terreno em que nós, comparatistas, podemos efectivamente encontrar uma comunidade na diversidade. Em todas as línguas (em particular nas que não pertencem ao núcleo duro do quadro da literatura-mundo, como é o caso das literaturas escritas em português) deveriam existir, em meu entender, procedimentos institucionalizados que fomentassem o surgimento e a publicação de traduções, de modo a permitir que aqueles leitores que não nasceram no quadro de uma determinada língua materna possam, apesar disso, tornar-se leitores de textos em tradução.

Na verdade, a perda é bem maior se aceitarmos ignorar aquilo que não podemos ler na língua original. Inteiros mundos desaparecem assim, se o fizermos. E, curiosamente, os mundos que assim desaparecem são sobretudo os que são considerados como “mundos periféricos”: esses mundos traduzem a partir das literaturas do centro, mas a verdade é que são muito menos

traduzidos para tais línguas e literaturas. Esta é uma enorme assimetria, com consequências que devemos assinalar, por ser um elemento vital para a compreensão de como literaturas escritas, por exemplo, em português, e provenientes de regiões do globo tão diferentes como a Europa, a América do Sul, África, ou mesmo Ásia, podem não só entrar em diálogo entre si, mas também com outras literaturas que usam línguas diferentes para se exprimir.

A literatura-mundo comparada manifesta ainda uma outra consequência produtiva no que respeita ao escopo histórico das nossas inquirições. Vivemos numa era de um exagerado presentismo, em que mesmo textos que foram escritos no século passado são erradamente considerados como algo que não corresponde aos mais imediatos interesses do presente e que, por essa razão, podem ser alegre, se não mesmo inconscientemente, ignorados. Esta situação é ainda mais patente nos casos em que o lapso de tempo ocorrido entre o nosso momento presente, com as suas considerações, e os momentos passados, com as suas características, aumenta. Nos estudos literários, é possível reconhecer nas últimas décadas a tendência em direcção a um progressivamente mais estreito presentismo, que corresponde afinal àquilo a que Walter Benjamin considerava, com acerto, um “empobrecimento da experiência”. A literatura-mundo comparada pode actuar como um contraponto de tal empobrecimento, ao ampliar a nossa tomada de consciência de diferenças que não são apenas geográficas, mas também históricas e simbólicas. E pode sobretudo contribuir para a sua valorização, ao sublinhar a forma como dissemelhanças textuais e culturais podem, justamente, corresponder a um enriquecimento da experiência, e a um alargamento da capacidade hermenêutica. Ao lermos o dissemelhante, ampliamos o nosso horizonte de compreensão de uma forma que nos é impossível fazer se formos sempre e tão-só confrontados com o semelhante. De um lado temos o não-familiar que nos confronta, do outro o semelhante que nos confirma. Uma situação ideal será, a meu ver, uma navegação equilibrada que não exclua nenhum deles, e nos permita manter o interesse pelo que é diferente: a base do comparatismo.

5. Numa entrevista de 2014, a Helena propôs que a literatura comparada favorece uma “negociação entre diferentes elementos da experiência literária – a experiência literária nacional, a não-nacional, bem como a negociação entre diversas outras instâncias”. Poderá agora expandir esta definição?

Mencionei atrás a tradução, tanto de um ponto de vista teórico como de um ponto de vista prático. Ora a literatura-mundo comparada pode contribuir para que nós, leitores e críticos, possamos tomar consciência gradualmente mais ampla da imensa riqueza existente para lá dos limites do pequeno mundo a que podemos aceder através da leitura numa única língua original. Como decorre do que referi algumas linhas antes, este aspecto é tanto mais crucial quanto levarmos em consideração a inscrição geográfica e histórica das diferentes literaturas que partilham uma mesma língua, como é o caso das que são escritas em português, nas suas diferentes variedades. Claro que, ao olharmos para elas, e ao considerarmos as suas diversas proveniências na Europa, América do Sul, África Ocidental e Oriental, e Ásia, podemos fazer com que tais diferentes regiões e continentes coalesçam num feixe de relações conjunto, através

do uso comum de uma língua que lhes é comum (com, insisto, as suas diversas variedades). Este aspecto é evidentemente crucial: a riqueza provém aqui do facto de que uma língua pode surgir como uma forma declarada de apagamento concreto do que pareceriam ser os limites (mas também as limitações) das diferentes fronteiras nacionais. Nisto consiste, aliás, a beleza da literatura comparada. Tomemos um só exemplo como indicativo deste apagamento, que é afinal amplificação: ao compararmos a epopeia quinhentista do poeta nacional Luís de Camões, *Os Lusíadas*, com o romance do século XX escrito pelo escritor angolano Pepetela, *Mayombe*, somos transportados para um território de compreensão novo, em que o género épico contribui para a sua própria transformação num romance sobre a revolta e a luta contra o colonialismo. Por um lado, diferentes momentos históricos convergem na sua mesma diversidade. Mas é mais do que apenas isto: geográfica, cultural e politicamente (e por isso simbolicamente), ambas as obras literárias se perfilam no quadro tanto de Portugal como de Angola. E uma coisa resulta clara de tal convergência: a capacidade de reler a epopeia do século XVI com o pano-de-fundo do romance do século XX leva-nos a interpretá-la de uma forma diferente e nova, não porque apague interpretações do passado, mas porque, pelo contrário, lhes acrescenta novos entendimentos e novas formas de compreensão. Precisamente porque a leitura e a interpretação são históricas e não-lineares, o presente afecta o passado, tanto como este afecta aquele. Vergílio é reinterpretado pela epopeia camonianiana, tal como esta é reinterpretada por Mayombe. Esta dinâmica histórica que, como Janus, age tanto do passado para o presente como do presente para o passado situa-nos num quadro móvel em que a nossa posição de sujeitos históricos ultrapassa, em muito, o mero condicionamento de uma linearidade e de uma leitura temporal.

A literatura comparada negocia efectivamente entre o nacional e o não-nacional. Mas a literatura-mundo comparada realça a visibilidade de outras componentes, como por exemplo os contextos regionais. Podemos olhar para a literatura brasileira, ou para uma obra literária brasileira, e interpretá-la no contexto de uma literatura escrita em português. Mas podemos também tomar a mesma obra literária, simultaneamente ou não, em contexto regional, e enquadrá-la com outras obras literárias escritas numa língua diferente, por exemplo castelhano, no continente sul-americano. Ambas as descrições e ambas as interpretações terão óbvia validade hermenêutica, mesmo se produzindo formas de ler que terão elementos de não-coincidência – o que, como já vimos, acaba por ser uma forma de enriquecimento cognitivo e hermenêutico. E pela compreensão de que através da literatura comparada deixamos de ser definidos apenas por fronteiras nacionais, e passamos a poder acrescentar outras formas de relação, quer através de uma língua comum (como no primeiro exemplo), quer através de uma inscrição regional (como no segundo), passamos a tomar consciência de como há alterações que são, na verdade, uma utilíssima base para futuras interpretações. E as relações não se esgotam nestes exemplos: porque elas podem ser de paralelismo histórico, de contiguidade (e, porque existem tantos tipos de contiguidade, a sua variabilidade é enorme), de divergência de procedimentos ou de resultados, enfim – um mundo de relações que o comparatismo pode absorver para delinear percursos e trajectos inesperados e entusiasmantes.

Passamos assim a poder considerar outras instâncias, além da língua e da geografia. Por intermédio da literatura-mundo comparada, e pelo exercício, que permite, de traduções, passamos a poder perceber e apreciar relações inesperadas que não provêm necessariamente de “coisas comuns”, como disse, mas de coincidências muitas vezes imprevistas. O que levou o grande poeta português Camilo Pessanha a traduzir, no início do século XX, oito elegias chinesas da dinastia Ming, para as fazer ressoar de forma tão intensa também na sua própria produção poética? A (des)coincidência entre poesia portuguesa e poesia chinesa, entre línguas tão diferentes, e tão distantes entre si, entre tempos históricos e culturais tão diversos (os séculos XIV e XVII, de um lado, e o século XX, do outro), e entre tradições literárias tão distintas (a poesia clássica chinesa e a poesia modernista) sublinha e amplifica a forma como a leitura comparatista e relacional pode surgir, de forma surpreendente, a partir de formas de distância tão marcadas. Dessa forma, é também de uma coalescência de diferentes mundos culturais, literários, e históricos que se trata.

A literatura comparada é uma das formas mais pregnantes e vitais para a compreensão de como as relações não provêm necessariamente de semelhanças – porque podem provir, de igual modo, de dissemelhanças ou de diferenças. A compreensão deste complexo de procedimentos vem realçar a diversidade das formações literárias mundiais, bem como a capacidade humana para negociar diferenças e navegar de forma interessante no seio de aparentes incompatibilidades.

NOTA

¹ Tradução e ampliação de uma entrevista com João César Castro Rocha, inicialmente publicada em *Journal of Foreign Languages and Cultures*, volume 7, number 1, 2023, p. 30-37.